



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CONSELHO GERAL

Acta da reunião extraordinária do Conselho Geral de 24 de Julho de 2009

-----Aos vinte e quatro dias do mês de Julho de dois mil e nove, teve lugar, na Sala do Conselho Científico da Reitoria da Universidade dos Açores, pelas nove horas e trinta minutos, uma reunião extraordinária com os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Apreciação e votação da acta da reunião anterior.-----

-----2. Comunicação do Parecer emitido pelos Conselheiros externos sobre a proposta de Orientações Gerais elaborada pelo Reitor da Universidade dos Açores.-----

-----3. Apreciação, debate e votação da proposta de Orientações Gerais para a Universidade dos Açores nos planos científico, pedagógico, financeiro e patrimonial elaborada pelo Reitor da Universidade dos Açores.-----

-----4. Apreciação e debate sobre um Memorando elaborado pelo Reitor da Universidade dos Açores sobre a situação actual da instituição.-----

-----5. Apreciação sobre a versão final do texto do Regimento do Conselho Geral e respectivo parecer jurídico.-----

-----6. Apreciação e votação de uma proposta de memorando destinado ao envolvimento dos Deputados ao Parlamento Europeu eleitos pelos Açores, na defesa dos interesses da Universidade dos Açores.-----

-----7. Proposta de calendário para a realização das reuniões ordinárias previstas no Artigo 38.º dos Estatutos da Universidade dos Açores.-----

-----8. Decisão sobre o eventual agendamento de participações de dirigentes de unidades orgânicas da Universidade dos Açores nas próximas reuniões do Conselho Geral.-----

-----9. Outros assuntos de interesse para a Universidade dos Açores.-----

-----Para além do Presidente do Conselho Geral da Universidade dos Açores, Doutor Ricardo Madruga da Costa, que presidiu, estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----Doutora Gilberta Margarida Pavão Nunes Rocha;-----

-----Doutor Mário José Amaral Fortuna;-----
-----Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral;-----
-----Doutor Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho (apenas no período da tarde,
tendo justificado a ausência da manhã);-----
-----Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba;-----
-----Doutora Rosa Maria Baptista Goulart;-----
-----Doutora Maria Gabriela Pereira da Silva Queiroz;-----
-----Estudante Nelson Braga Moura;-----
-----Estudante André Filipe Matos de Carvalho;-----
-----Mestre Francisco José Massa Flor Franco;-----
-----Dr. Francisco Luís de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa;-----
-----Dr. Mário António da Mota Mesquita;-----
-----Dr. Roberto Sousa Rocha Amaral (apenas no período da tarde, tendo justificado
a ausência da manhã);-----
-----Esteve ausente o Doutor Armindo dos Santos Rodrigues, que justificou.-----
-----Verificada a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral declarou
aberta a sessão, propondo que a Acta da reunião anterior só fosse aprovada na próxima
reunião, dada a sua natureza e extensão, possibilitando aos Conselheiros o envio das
suas sugestões de alteração, por correio electrónico, no prazo máximo de uma semana.
A proposta foi aceite por todos os presentes..-----
-----Passando de imediato ao ponto dois da ordem de trabalhos, foi feita uma
interrupção, pelas nove horas e cinquenta minutos, para que os conselheiros cooptados
se reunissem e aprovassem a proposta de parecer entregue antes da reunião, ficando o
referido parecer apenso a esta Acta após a respectiva aprovação.-----
-----Os trabalhos foram retomados pelas onze horas, procedendo-se, de imediato, à
apreciação, debate e votação do ponto três da ordem de trabalhos.-----
-----Aberto um período de intervenções, a Doutora Gilberta Rocha pediu a palavra,
para manifestar o seu acordo com o fundamental das linhas gerais de orientação,
levantando, no entanto, algumas questões que considera devam ser ponderadas,
nomeadamente no que diz respeito às Escolas Superiores. Embora concorde que o
ensino politécnico esteja integrado na Universidade dos Açores, afirmou não ser
correcto manter a indicação das Escolas no referido documento, uma vez que estas não
constam dos Estatutos da Universidade.-----
-----No seguimento da intervenção anterior, o Doutor Mário Fortuna subscreveu as
palavras da Doutora Gilberta Rocha quanto à questão do Politécnico, afirmando que, se

o mesmo não está previsto nos Estatutos da Universidade dos Açores, não deve ser tido em conta, devendo ser discutido posteriormente em Conselho Geral. O Doutor Mário Fortuna teceu ainda algumas considerações, quanto à forma como as Linhas Gerais de Orientação foram redigidas. Em primeiro lugar, fez referência à questão do ensino e da investigação, chamando a atenção para o facto de este documento não indicar quais as estratégias a adoptar para se atingir o nível de qualidade desejável, ou seja, um ensino universitário português, com ensino, investigação e um corpo docente de qualidade, voltada para a internacionalização da Universidade dos Açores. Chamou igualmente a atenção para a necessidade de se transmitir a imagem de uma Universidade mais moderna e sofisticada, com atractivos que tragam estudantes, e que exija respeito da comunidade onde está inserida. Realçou que, para se obter este nível de qualidade, há que definir qual o posicionamento da Universidade e qual a meta que se pretende atingir. No que se refere ao financiamento, afirmou que esperava que fossem tomadas medidas necessárias para uma convergência de equilíbrio. Havendo o propósito para a gestão descentralizada, considerou que deveria haver uma métrica de gestão equilibrada e que só encarando as restrições financeiras e gerindo-as de acordo com as normas/regras exigidas é que se consegue caminhar para contas equilibradas e acabar com os défices e com os problemas financeiros.-----

-----Após estas duas intervenções, o Presidente do Conselho Geral deu a palavra ao Magnífico Reitor, lembrando que este deverá entregar em Setembro o Plano Estratégico e Plano e Orçamento para 2010.-----

-----Respondendo às questões levantadas, o Magnífico Reitor informou que, em relação aos Politécnicos, o processo ainda se encontra no Ministério e que, apesar de não esperar sejam homologados, a qualquer momento tal poderá acontecer, caso o Ministério assim o decida. Afirmou ainda que o Politécnico está mencionado nos Estatutos, só que está cingido às Escolas Superiores de Enfermagem de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada. Quanto à questão levantada acerca do ensino e da investigação, afirmou que não quis abandonar a ideia de que a Universidade não se virava para a investigação. Antes pelo contrário, considera que a Universidade dos Açores não pode ser exclusivamente uma universidade de ensino nem exclusivamente de investigação, mas sim uma universidade simultaneamente de ensino e investigação. No que diz respeito ao financiamento, é de opinião de que não nos podemos alhear das regras que existem, nem devemos caminhar para a convergência, pois estes problemas vão continuar sempre a existir. A gestão tem de ser tanto centralizada como descentralizada. Tem de haver consolidação entre os três pólos, daí ter defendido

sempre, até à exaustão, uma Universidade tripolar. Finalmente em relação à meta que se pretende atingir, com o aumento do número de estudantes e o nível de qualificação dos quadros, pretende que a Universidade dos Açores seja creditada como uma Universidade de primeira divisão e que seja reconhecida internacionalmente.-----

-----Na mesma linha de pensamento, a Doutora Gilberta Rocha retomou a palavra afirmando que, para haver internacionalização é necessário investir na investigação e ter uma estratégia que defina a internacionalização especificada das várias unidades científicas. Afirmou ainda que todas as Universidades devem ter ensino e investigação, o que não quer dizer que não se deva privilegiar um campo ou outro. Na opinião da Doutora Gilberta Rocha, a criação do Politécnico sempre foi considerada como uma duplicação, totalmente desnecessária, de uma estrutura a nível de pessoal docente, funcionários e infra-estruturas, principalmente por não existir um corpo docente, pelo que deveriam ser integrados nas unidades orgânicas.-----

-----De seguida, a Doutora Rosa Goulart pediu para intervir, manifestando o seu acordo com os princípios gerais do documento, mas afirmando que deve haver um equilíbrio entre a estratégia para o presente e a estratégia para o futuro. É de opinião de que uma Universidade tem de ser as duas coisas: ensino e investigação, não se devendo privilegiar um ou outro.-----

-----O Doutor Carlos Amaral, por sua vez, referiu que o texto agora apresentado não merece grandes discordâncias por ser um documento muito geral. Afirmou ainda que a Universidade dos Açores tem vindo a apostar na sua sobrevivência, tornando-se, por isso, necessário definir uma estratégia para a Universidade a longo, médio e a curto prazo. Deu como exemplo a questão do Politécnico, afirmando que a oferta de cursos a nível politécnico requer um reenquadramento, urgindo definir que cursos e como realizá-los, sendo que a apreciação tem de ser diferenciada, já que em Ponta Delgada, por exemplo, se dispõe de melhores condições e de mais recursos humanos disponíveis. Em relação ao ensino e à investigação, declarou que para se ser uma Universidade de primeira divisão há que apostar nos recursos materiais e humanos.-----

-----O Doutor Mário Fortuna pediu para intervir, chamando a atenção, em primeiro lugar, para o parecer anteriormente aprovado pelos membros externos. Em termos pessoais, é de opinião de que o legislador que criou o RJIES foi muito optimista em relação aos membros externos, para exigir que na segunda reunião fossem eles a elaborar um parecer sobre as linhas gerais de orientação da Universidade. De resto, afirmou que todas as questões levantadas eram pertinentes, considerando a questão do Politécnico a mais delicada. Colocou dúvidas sobre a própria capacidade da

Universidade em absorver estes cursos, adiantando mesmo que os pressupostos de o fazer com recurso aos meios existentes na Universidade, como em tempo se admitira, hoje estão ultrapassados, porquanto numa situação futura será necessário dispor de mais recursos do que aqueles de que a Universidade dos Açores dispõe. Por último, sublinhou que, de acordo com o parecer que subscreve, dá o sim ao documento das linhas gerais.-----

-----Ainda sobre a problemática dos politécnicos, o Doutor Alfredo Borba lembrou que, quando criaram o Politécnico na Universidade dos Açores, a ideia inicial era a criação de Escolas, que dariam resposta a alguns cursos, sendo o pessoal docente o mesmo da Universidade, e esclareceu que, no caso do Departamento de Ciências Agrárias, apesar de os cursos serem do Politécnico, pertencem ao Departamento, não acarretando qualquer despesa adicional com recursos humanos.-----

-----Antes de se dar por encerrado o período de intervenções, teve a palavra o Dr. Francisco Sampaio da Nóvoa que se mostrou favorável ao modo como o documento foi apresentado, considerando que este documento apela não só para o estímulo dos docentes e para a sua valorização, como também para a valorização da própria Universidade.-----

-----Havendo consensualização das questões levantadas e um entendimento de que devem ser contempladas com os documentos apresentados, procedeu-se à votação do documento sobre as Linhas Gerais de Orientação apresentado pelo Reitor, tendo o Doutor Mário Fortuna informado que iria apresentar por escrito uma declaração de voto, que ficará apensa a esta Acta.-----

-----Após a votação, foram obtidos os seguintes resultados:-----

-----Votos a favor: onze.-----

-----Votos contra: zero.-----

-----Abstenções: uma.-----

-----Os trabalhos foram interrompidos para o almoço às doze horas e vinte minutos, tendo sido retomados às catorze horas e dez minutos.-----

-----Entrando no ponto quatro da ordem de trabalhos agendada, o Presidente do Conselho Geral informou os presentes que o Memorando elaborado pelo Magnífico Reitor é um documento informativo, que não requer a aprovação do Conselho Geral, pelo que irá ser aberto um período de intervenções apenas para pedidos de esclarecimento.-----

-----O primeiro a intervir foi o Doutor Carlos Amaral, dizendo que considera o documento exaustivo e incompleto, por estar a faltar a vertente científica e pedagógica.

Salientou que é necessário apresentar dados concretos sobre a situação actual da Universidade, dar ênfase às questões de ordem científica e pedagógica, não se descurando a parte da investigação. Salientou ainda que esta vertente é importante enquanto é necessário proceder a um exercício de reflexão sobre o Processo de Bolonha, processo este que também teve uma outra dimensão que não está espelhada no documento e que se torna urgente tratar. Deu como exemplo o modo como a oferta de ensino foi transposta para Bolonha, ao produzirem um número muito elevado de disciplinas, dando azo a cargas horárias demasiado elevadas e a multiplicação de unidades curriculares. Salientou ainda que a Universidade dos Açores continua sem ter resposta sobre a política a adoptar em relação aos estudantes 23 anos, às tutorias, e a não ter uma política clara de como lidar com os estudantes Erasmus. Com o crescimento da Universidade — sustentou —, há que disponibilizar aos novos estudantes os recursos, os apoios e a atenção de que necessitam. Caso contrário, o resultado irá traduzir-se em taxas de insucesso e de abandono muito elevadas e taxas de frequência muito baixas. Neste contexto, também chamou a atenção para as dificuldades encontradas em termos de recursos materiais, de apoio à docência, de carência na aquisição de bibliografia e de revistas da especialidade, o que obriga a deslocações ao exterior sempre que se torna necessário desenvolver projectos de investigação. No que diz respeito à investigação, chamou a atenção para o facto de muitos docentes fazerem parte de Centros FCT de outras Universidades, o que não parece estar contemplado neste documento. -----
-----Apesar de não se poder pronunciar em alguns pontos, por falta de conhecimento dos mesmos, a Doutora Gilberta Rocha referiu que o documento tem quatro pontos distintos, que devem ser analisados separadamente, e que, para se poder proceder a alguma alteração, é preciso conhecer as realidades de cada unidade orgânica, de acordo com a respectiva especificidade, pois algumas são mais homogéneas do que outras. No que se refere à docência, chamou a atenção para as taxas de abandono e de insucesso, devidas ao facto de a Universidade ter estudantes a entrar sem o mínimo de condições compatíveis com o mercado de trabalho, tendo dado como exemplo os estudantes maiores de vinte e três. Chamou igualmente a atenção para a impossibilidade de se fazer investigação devido à excessiva carga horária, havendo a necessidade de uma estratégia de planeamento nas unidades orgânicas que contemple a coordenação entre docência/investigação. Em relação ao desequilíbrio financeiro, afirmou não ser justo serem sempre os mesmos a contribuírem para este desequilíbrio, pelo que as unidades orgânicas com problemas deficitários deveriam arranjar soluções internas, contribuindo para o equilíbrio financeiro.-----

-----De seguida o Doutor Alfredo Borba pediu a palavra para informar que, devido aos problemas de rede, não chegou a receber o documento, não tendo, por conseguinte, tido tempo para conhecê-lo na íntegra. No entanto esclareceu que, em relação ao processo de Bolonha, apesar de se ter feito tudo no tempo certo, os cursos deveriam ter sido repensados de acordo com o processo de Bolonha, evitando assim a multiplicidade de disciplinas, e deveria ter havido uma maior coordenação entre os diversos departamentos. No que diz respeito à investigação, afirmou que existem mais centros de investigação que os mencionados no documento, pois, apesar de não serem reconhecidos pela FCT, são centros que se encontram em funcionamento na Universidade. Por último, colocou algumas dúvidas em relação ao financiamento, mais propriamente no que se refere aos *overheads*, sendo também de opinião de que as unidades orgânicas devem participar na elaboração dos orçamentos. Em conformidade com o acima exposto, o Doutor Alfredo Borba expressou a sua total oposição aos princípios que baseiam o documento intitulado “Proposta de uma Metodologia”.-----

-----Após ter analisado o documento com alguma cautela, o Doutor Mário Fortuna manifestou o desejo de um esclarecimento sobre o quadro financeiro, no sentido de poder examinar os quadros constantes no documento apresentado. Referiu ainda que existem informações que deveriam ser apresentadas de forma mais sistemática, justificando complementar o documento com a desagregação por unidades orgânicas e por serviços, pois, segundo afirmou, para se traçar o quadro da Universidade dos Açores é necessário conhecer o resultado final do que foi feito e o volume de serviço que se prestou na Universidade. Em relação à docência, chamou a atenção para o volume enorme de trabalho dado por docentes convidados, que não está contemplado no documento., afirmando que é preciso ter em conta que os docentes pagos à hora lectiva não lançam notas em pauta e que, para se ter uma ideia do volume de trabalho, é preciso saber o número de estudantes dividido por turma, para se achar o número de estudantes que estamos a servir. No que diz respeito à investigação e aos Centros FCT, afirmou que é necessário avaliar o desempenho dos Centros e indicar qual a produção científica produzida na Universidade. Por último, mostrou-se frustrado com o processo de Bolonha, por não ter havido interacção entre as unidades orgânicas, de modo a evitar as já mencionadas duplicações de disciplinas. Ainda sobre o memorando, o Doutor Mário Fortuna referiu que é necessário verificar ponto por ponto as contas dos projectos da Fundação e do IMAR. Na sua opinião, de nada serve dizer que estes projectos geram *overheads* que são a favor da Universidade, se os mesmos não pagam vencimentos. Para além disso, considera que há saldos de *overheads* que não estão espelhados, tendo dado

como exemplo a situação do pólo da Horta em que a maioria dos projectos pertence ao IMAR. Em relação ao orçamento, afirmou não se ter pronunciado sobre o assunto por pensar que se tratava de um documento que seria discutido à parte. No entanto, é de opinião de que deveria haver um maior envolvimento da parte das unidades orgânicas, devendo o assunto ser discutido com os respectivos responsáveis. Quanto à metodologia, considerou que esta não deverá estar centrada apenas nas unidades orgânicas, mas também nos Serviços, pois os Serviços também estão sujeitos a critérios de eficiência, tais como os departamentos. Segundo afirmou, estando perante uma situação deficitária, há que saber como controlar este défice, responsabilizando as unidades orgânicas que têm um défice maior pela gestão dos seus défices, de modo a encontrarem um caminho para o seu equilíbrio. Em relação à contabilização dos mestrados, considerou é que é importante ter os saldos dos mestrados e dos outros projectos. As receitas do mestrado podem ser consideradas livres, mas devem ser imputadas às unidades orgânicas e não à conta geral da Universidade. Salientou ainda que, internamente, cada unidade orgânica tem de criar uma conta corrente, com despesas e receitas, no sentido de aqueles que criarem défices possam arranjar soluções para não prejudicarem as restantes unidades orgânicas. Há que ter conhecimento dos saldos existentes e estes não devem ser divididos irremediavelmente, pois algumas unidades orgânicas têm receitas que não estão espelhadas, dando, mais uma vez, como exemplo a Fundação Gaspar Frutuoso e o IMAR.-----

-----Em relação ao documento em si, a Doutora Gabriela Queirós partilhou da mesma opinião dos restantes intervenientes, considerando o documento muito genérico, na medida em que existem realidades diferentes que não estão espelhadas no documento, sendo necessário fazer uma análise mais profunda. Em relação aos centros de investigação, é de opinião de que os *overheads* da Fundação Gaspar Frutuoso e do IMAR também devem ser conhecidos, pois toda a actividade científica destes centros é feita em benefício da Universidade.-----

-----O Doutor Tomaz Dentinho, pediu para intervir, apresentando, em primeiro lugar desculpas pela chegada tardia à reunião. De seguida, teceu várias considerações acerca do documento apresentado, referindo que o mesmo não representa um grande esforço da parte da Reitoria e que deveria responsabilizar as unidades orgânicas pela situação actual da Universidade. Segundo afirmou, pedir às unidades orgânicas o plano de reestruturação é fundamental para que sintam que fazem parte desta reestruturação. Em relação aos *overheads*, considerou que deveria haver mais clareza da definição dos mesmos e que parte dos *overheads* da Fundação Gaspar Frutuoso e do IMAR deveria

ser incluída na Universidade, uma vez que os gastos com as comunicações, com o material de apoio, etc., são da Universidade. -----

-----O Magnífico Reitor pediu para intervir, esclarecendo que já havia respondido a algumas questões anteriormente levantadas. Esclareceu ainda que os *overheads* são aplicados apenas aos projectos da Universidade, pois os projectos de financiamento no âmbito da Fundação Gaspar Frutuoso e do IMAR não estão contabilizados nas contas da Universidade. Afirmou que, no entanto, têm transitado algumas verbas da Fundação Gaspar Frutuoso para a Universidade. No que diz respeito à questão orçamental de 2009, informou que, a Universidade dos Açores tem um défice de um milhão de euros que, segundo o Ministério, deverá ser colmatado com os *overheads* dos mestrados e das prestações de serviço, considerados por eles como receita livre. Para um melhor esclarecimento do Anexo I, o Magnífico Reitor sugeriu que este anexo fosse explicado ao pormenor pelo Mestre Francisco Franco, na qualidade de Director dos Serviços Administrativos, caso o Conselho Geral assim o entendesse.-----

-----Aproveitando a sugestão do Magnífico Reitor, o Mestre Francisco Franco pediu a palavra, para, na qualidade de Director dos Serviços Administrativos, explicar o modo como é feito o orçamento, com base no quadro da página nove do memorando. Segundo afirmou, é necessário perceber a diferença entre a metodologia e o orçamento. Esclareceu que as receitas e os *overheads* não são consignadas, ao passo que tudo o resto é despesa consignada. Quanto à parte do Ministério, é considerada receita livre. Afirmou que não tem nada a ver com desorçamentação. Este saldo é um saldo de gerência. A metodologia mencionada na página um anda à volta da receita livre. A metodologia é um mecanismo e as percentagens têm de ser adaptadas. Em relação às despesas de Angra, esclareceu que, quando se pensou imputar estas despesas ao Departamento de Ciências Agrárias foi porque o pessoal que está na secretaria é uma estrutura que está montada no pólo de Angra mas que dá apoio ao Departamento de Ciências da Educação. No pólo de Angra, o pessoal da secretaria só faz parte do processo de despesa, enquanto no pólo da Horta tal não acontece pois é tudo feito em Ponta Delgada. Por fim sublinhou que existe a preocupação de arranjar um sistema em que quem origina a despesa deve gerir a despesa.-----

-----Para concluir, o Presidente do Conselho Geral esclareceu que o Conselho Geral não se deve pronunciar sobre este documento sem antes ouvir a Comissão de Estratégia e de Avaliação, devendo apenas decidir quais as medidas a tomar para solucionar o problema do défice de um milhão de euros apresentado pelo Magnífico Reitor. De acordo com o Ministério, a Universidade dos Açores tem capacidade para cobrir este

défice com receitas livres, mas, se tal acontecer, esta vai ter de ir buscar o dinheiro aos mestrados e prestações de serviço, originando o encerramento dos mesmos por não conseguirem sobreviver sem receitas próprias.-----

-----Antes de se dar por concluído este ponto da ordem de trabalhos, o Doutor Roberto Amaral pediu para intervir, afirmando que considera falso este problema de “défice de um milhão de euros” já que, em seu entender, a verba em questão não é proveniente de nenhuma receita consignada e, como tal, poderia ser livremente utilizada. Subsistindo dúvidas, poderia, então, o Conselho Geral dar uma orientação para a resolução deste problema já que, de facto, existe verba disponível para o efeito.---

-----Dando por terminado o assunto, passou-se de imediato ao ponto cinco da ordem de trabalhos agendada, respeitante à versão final do Regimento do Conselho Geral e à sua aprovação. Não havendo nada a apontar do ponto de vista jurídico, o Presidente do Conselho Geral propôs a introdução de um artigo final, a saber:-----

-----Artigo 12.º-----

-----Alterações ao Regimento-----

-----“As alterações ao presente Regimento são aprovadas à pluralidade dos votos, não se contando as abstenções, na sequência de iniciativa do Presidente ou de um terço dos membros do Conselho Geral.”-----

-----A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----No que diz respeito ao ponto seis da ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Geral apresentou uma proposta para o envolvimento dos Deputados ao Parlamento Europeu eleitos pelos Açores, na defesa dos interesses da Universidade dos Açores, proposta que passou pela abordagem prévia de ambos os candidatos eleitos para averiguar da sua disponibilidade nesse sentido.-----

-----Sobre o assunto, intervieram os conselheiros Mário Fortuna, Tomaz Dentinho e Gilberta Rocha, que consideraram desnecessária qualquer compromisso sobre esta matéria. Segundo afirmaram, os eurodeputados são deputados disponíveis para o tratamento da generalidade dos problemas que se lhes coloquem, apesar de poderem especializar-se numa determinada área, não sendo por isso necessário oficializar qualquer acordo específico. O Doutor Carlos Amaral mostrou o seu desacordo, afirmando que o envolvimento dos deputados afigura-se pertinente, pois têm acesso a mecanismos de informação e tomadas de decisão que podem beneficiar a Universidade dos Açores, e que a formalização deste contacto é importante em termos de docência e investigação.-----

-----Levada a votação, foram apurados os seguintes resultados:-----

-----Votos a favor: dois-----

-----Votos contra: seis-----

-----Abstenções: seis-----

-----Quanto à calendarização das reuniões ordinárias do Conselho Geral, o Doutor Mário Fortuna apresentou a seguinte proposta:-----

-----primeira semana de Abril: discussão e votação do Relatório e Conta anuais;-----

-----primeira semana de Julho: discussão e votação dos pressupostos para a elaboração dos planos e orçamentos;-----

-----terceira semana de Setembro: análise intercalar da actividade da Universidade.-

-----terceira semana de Novembro: discussão e votação dos Planos e Orçamentos.--

-----Perante a proposta acima indicada o Mestre Francisco Franco chamou a atenção para alguns problemas que poderão surgir com a preparação das contas e dos planos e orçamentos, pelo que sugeriu a alteração desta calendarização apenas em termos de semanas, tendo sido posta à votação a seguinte proposta de calendarização:-----

-----vinte e nove de Setembro de dois mil e nove;-----

-----terceira semana de Novembro de dois mil e nove-----

-----segunda semana de Abril de dois mil e dez, para aprovação do Relatório e Contas;-----

-----segunda semana de Julho de dois mil e dez, para aprovação do Plano e Orçamento;-----

-----Votação:-----

-----Votos a favor: doze-----

-----Votos contra: zero-----

-----Abstenções: duas-----

-----No que diz respeito ao ponto oito da ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Geral apresentou uma proposta para um eventual agendamento de participações de dirigentes de unidades orgânicas da Universidade dos Açores nas próximas reuniões do Conselho Geral.-----

-----Perante a proposta apresentada, que teve a concordância do Dr. Francisco Sampaio da Nóvoa, a Doutora Gilberta Rocha mostrou o seu desacordo, afirmando que, para o trabalho que o Conselho Geral tem pela frente, ter de ouvir todos os dirigentes das unidades orgânicas seria incomportável em termos de tempo Da mesma opinião foi o Doutor Mário Fortuna, afirmando que pedir a presença dos directores das unidades orgânicas torna-se um trabalho moroso, com alguma redundância de apresentações, pois cada um irá trazer os seus documentos de estratégia. Só depois de analisarem os

documentos é que o Conselho Geral poderá, pontualmente, e para casos específicos, pedir contributos/esclarecimentos dos respectivos Directores.-----
-----Posta à votação, foram apurados os seguintes resultados:-----
-----Votos a favor: dois-----
-----Votos contra: três-----
-----Abstenções: nove-----
-----Não tendo havido intervenções sobre o último ponto da agenda, o Presidente do Conselho Geral deu por encerrada a reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei.-----

O Presidente do Conselho Geral:

A handwritten signature in blue ink, reading "Ricardo Manuel Maduza de Costa". The signature is written in a cursive style and is positioned above a faint, illegible stamp.